

## O CONDE DE MONTE CRISTO E O IMAGINÁRIO DA VINGANÇA

Vinícius Gomes da Silva Oliveira\*

REFERÊNCIA DA OBRA: DUMAS, Alexandre. *O conde de Monte Cristo. Edição comentada e ilustrada*. Tradução, apresentação e notas de André Telles e Rodrigo Lacerda. 3 ed.. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2020.

“O conde de Monte Cristo” foi escrito por Alexandre Dumas em colaboração com Auguste Maquet, com sua publicação ocorrendo através de folhetins, no período compreendido entre 1844 e 1846. É um dos romances que marcaram o Século XIX e que foi consagrado no imaginário popular através da grande difusão da obra, a qual chegou no Brasil em 1845, poucos meses após o início da divulgação na França (LACERDA, 2020).

No texto há três cenários principais: Marselha, Roma e Paris. Cada um pode ser associado com períodos da vida da personagem principal. Sua juventude e prisão em Marselha, o retorno como Conde de Monte Cristo em Roma e a concretização de seu plano de vingança em Paris, esta última como o ambiente que ocupa a maior parte do livro.

O livro conta a história de Edmond Dantès, apresentado inicialmente como marinho honesto e dedicado a seu pai, Louis Dantès, e a sua noiva, a catalã Mercedes. É o ano de 1815, com o protagonista possuindo dezenove anos e a promessa de se tornar capitão do navio em que trabalha, uma vez que Leclère, o ocupante anterior do cargo, teria adoecido e morreu durante última viagem que acabara de ocorrer. Como último pedido, o antigo capitão solicitou que o navio passasse pela Ilha de Elba e estivesse à disposição do ex-imperador francês, Napoleão Bonaparte, de modo que este entregou a Edmond uma carta endereçada a Paris.

Por conta da situação de felicidade em que o rapaz se encontrava, com a possibilidade de ascensão na carreira, ainda que jovem, bem como de amor com a companhia de Mercedes, o descontentamento de seus inimigos foi grande. A retaliação é efetuada por Danglars, contador do navio em que Edmond trabalhava, e por Fernand

\* Bacharelado em Direito; Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS  
Endereço Eletrônico: [vgomesuefs@gmail.com](mailto:vgomesuefs@gmail.com)

Justificativa: Esta resenha crítica do livro “O Conde de Monte Cristo” busca analisar a retratação da sociedade parisiense da Restauração, na qual Dumas expõe as suas mazelas. A obra utiliza do tema da vingança para denunciar os vícios das esferas jurídica, militar e financeira da França do século XIX. Nesse sentido, o livro possibilita a reflexão sobre características complexas de uma sociedade que vivia contradições entre velhas formas de relações sociais e as conquistas civilizatórias da Revolução Francesa, num movimento comparável aos debates atuais sobre as garantias individuais.

Mondego, pescador catalão que estava apaixonado por Mercedes. A cobiça pela posição de Dantès leva seus opositores a acusarem de bonapartismo, denúncia que é apurada com a prisão provisória do protagonista no dia de seu casamento.

Se a ambição dos homens fez Edmond ser acusado injustamente, o mesmo sentimento o impediu de ter um julgamento correto. Quando levado ao Procurador do Rei para esclarecimentos, Dantès encontra Gérard de Villefort, o substituto do magistrado, o qual o interroga e constata a participação menor do protagonista, de forma que o assegura de que terá sua liberdade devolvida. Entretanto, ao ter contato com a carta enviada da Ilha de Elba, Villefort percebe que o escrito estava endereçado a Noirtier de Villefort, seu pai, incidente que poderia prejudicar seu cargo. Logo, o substituto compreende uma possibilidade de proteção de sua carreira, mas também de ascensão, uma vez que o conteúdo do texto dizia respeito à volta de Napoleão à França, fato que se concretiza posteriormente com o Governo de Cem Dias.

Para garantir a situação de vantagem, Villefort determina o encaminhamento de Edmond para o Castelo de If, prisão que será seu lar durante quatorze anos. Ressalta-se a ausência de explicações ou de julgamento ao protagonista, fato contrário ao entendimento de um Estado de Direito, sobretudo no cenário que é França pós-revolucionária, com a consolidação da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789), a qual trazia em seu art. 7º que:

Ninguém pode ser acusado, preso ou detido senão nos casos determinados pela lei e de acordo com as formas por esta prescritas. Os que solicitam, expedem, executam ou mandam executar ordens arbitrárias devem ser punidos; mas qualquer cidadão convocado ou detido em virtude da lei deve obedecer imediatamente, caso contrário torna-se culpado de resistência. (FRANÇA, 1789)

Percebe-se então como que o representante da justiça, favorecido pela burocracia e desorganização institucional (TEIXEIRA, 2018), aproveita-se de manobras ilegais para ascender na carreira, mesmo que essas representem graves agressões aos direitos individuais. A prisão de Edmond é assegurada, com ele alheio aos motivos de sua privação de liberdade, bem como à ação de seus inimigos. Deixa de ser Dantès e passa a ser chamado de número 34. Durante o período em que o protagonista fica preso, seu pai morre de fome, sua noiva se casa com Fernand e seu cargo de capitão é tomado por Danglars.

Sendo assim, configura-se a tríade de inimigos que Edmond possui, com cada um representando um aspecto de sua existência: Danglars retira a sua vida profissional; Fernand toma a sua vida amorosa; Villefort aparta a sua liberdade, sem a qual Dantès não pode retomar aquilo que perdeu. Os anos se passam e o protagonista decide abandonar a esperança e a vida, com a rejeição das refeições.

Entretanto, como que por um milagre, no momento em que Edmond estava fraco pela privação de alimentos, percebe o som de uma escavação ocorrendo próxima a sua cela. Essa empreitada resulta num túnel entre as celas de número 27 e 34.

O prisioneiro que construiu tal buraco era o Abade Faria, personagem que modificará o futuro de Dantès, o qual já possuía seis anos de prisão e via pela primeira vez outro indivíduo que não os carcereiros.

O padre, que era tomado por louco na prisão, uma vez que oferecia aos guardas uma fortuna caso o ajudassem a escapar, percebe o erro de seus cálculos, pois tinha como foco cavar até o pátio da prisão. Contudo, vê-se na cela 34 e começa a dialogar com Edmond sobre a possibilidade e uma fuga, o que o dá esperança. Inicia-se então um novo plano de escavação, ao passo que o Abade esclarece sobre o passado do protagonista, com a investigação e determinação das causas que o levaram a ser preso, o que resultou na constatação da traição. Faria também se compadece da falta de instrução de Dantès e o ensina diversas ciências e línguas.

Com o desenrolar do tempo, o Abade adoece e, como um último presente ao seu companheiro de privação, informa Edmond sobre uma riqueza escondida na Ilha de Monte Cristo, de modo que o obriga a memorizar as condições de acesso ao tesouro. Faria vem a falecer, e como possibilidade de fuga, Dantès coloca o corpo do padre em sua cela e se disfarça de morto, com o intuito de ser enterrado e então empreender uma fuga. Contudo, o protagonista não contava com o fato de que no Castelo de If os mortos são amarrados a bolas de canhão e lançados ao mar.

Todavia, Edmond consegue se desvencilhar do peso e escapa da prisão nadando no completo escuro. Destaca-se o papel da natureza no Romantismo, o qual recebe ênfase em conjunto com as ações da personagem (TEIXEIRA, 2018), de modo que a luta do indivíduo contra ela é expressa na obra. Para sobreviver, Dantès se disfarça de contrabandista, o que dá início à sua liberdade. Constata posteriormente a morte do seu pai e a partida de Mercedes, o que o livra de qualquer vínculo com os que amou e o torna sozinho.

Com o decorrer do tempo, o protagonista consegue explorar a Ilha de Monte Cristo. Momentos antes de encontrar o tesouro, Edmond se encontra em cima dos rochedos da ilha, em seu ponto mais elevado. Tal instante é compreendido por Antônio Candido (1971) como um divisor de águas, pois a personagem se situa a meio caminho de obter os “recursos que permitirão o desdobramento final do seu ser” (CANDIDO, p. 5, 1971).

Ainda nessa cena, Candido (1971) destaca o papel simbólico da altura no Romantismo, na qual as personagens encontram os seus sonhos de liberdade e poder. Contudo, assim como do subterrâneo surgiu o Abade Faria, que permitiu a Dantès acessar as habilidades intelectuais, também do baixo nível é que virá a força do protagonista, traduzida na noção de riqueza. Tais faculdades serão essenciais no projeto de vingança de Edmond.

Após mais de quatorze anos, Dantès busca informações sobre os seus algozes através de Caderousse, antigo vizinho do protagonista que acompanhou a ação de Danglars e Fernand, bem como o fim trágico do pai de Edmond. Contudo, para não ser identificado, a personagem faz uso de um disfarce, dessa vez como o Abade Giacomio Busoni. Se a vida do herói foi composta pela privação de ser preso, a dos

responsáveis pelo seu infortúnio foi abundante. Danglars se tornou um banqueiro bem-sucedido, com o título de Barão, ao passo que Mondego cumpre uma carreira militar, e se transforma em Conde Morcef.

Por último, Villefort cresce na carreira como Procurador do Rei, com a promoção à comarca de Paris. Edmond compreende que seus inimigos não são apenas homens, mas representações da imoralidade na esfera jurídica, financeira e militar da alta sociedade francesa (TEIXEIRA, 2018). Dantès sai então pelo mundo, com o objetivo de se preparar e criar um disfarce mais elaborado e concretizar seus anseios de vingança.

Cerca de dez anos após, Edmond ressurge em Roma, na segunda parte do livro, porém não mais como o antigo marinheiro ou preso, e sim como a figura extravagante do Conde de Monte Cristo. Tal face tem como objetivo se alçar não como mero humano, mas sim como divindade, incompreensível para os demais homens. O Conde se apresenta como um indivíduo rico, inteligente, mas com hábitos que destoam do esperado pela elite europeia, uma vez que o orientalismo, entre outros, é um dos traços marcantes em sua constituição (CANDIDO, 1971).

Monte Cristo trafega entre príncipes muçulmanos, possui uma escrava grega, Haydée, e um servo núbio, Ali, expõe ostensivamente decorações luxuosas em suas propriedades e faz uso recreativo do haxixe. Esses aspectos, somados com o de uma figura misteriosa, sobre a qual não se sabe a sua origem ou do seu dinheiro, vão demarcar traços distantes da cultura europeia, com o intuito de impressionar a todos (TEIXEIRA, 2018).

Formado o disfarce, Monte Cristo trata de adentrar na elite parisiense, e, para tanto, utiliza dos jovens Franz d'Épinay e Albert Morcef, filho de Mercedes com Fernand, os quais conhecem o Conde durante o carnaval em Roma. Para consagrar sua posição de homem misterioso, porém amigável, o protagonista salva Albert das mãos do bandido Luigi Vampa, o qual possuía uma relação de subordinação para com Monte Cristo.

Tal episódio retrata um dos elementos fundamentais para que Edmond possa alcançar a sua vitória, compreendido na noção de mobilidade. O protagonista, que vai de marinheiro a prisioneiro, para após se tornar um milionário excêntrico, emprega seus conhecimentos e riquezas para transitar entre as classes sociais, com a manutenção de relações desde criminosos até o próprio Papa. Para tanto, o emprego de seus disfarces será uma peça chave, pois lhe permite se locomover sob variadas faces e articular diferentes estratégias para concretizar seu plano de vingança.

Após a parte em Roma, a história prossegue com a entrada de Monte Cristo em Paris, com a devida recepção realizada pela juventude parisiense rica, os chamados "leões". Com eles, Edmond poderá se aproximar das três famílias que ele pretende atingir: os Danglars; os Morcef e os Villefort. Com a presença em óperas e demais encontros sociais, o Conde se apresenta como uma figura emblemática, o que o torna assunto relevante na cidade e gera convites de visitas das referidas parentelas.

Ao entrar em contato com os seus inimigos, os quais não desconfiam que estão

diante do marinheiro que aprisionaram há mais de 24 anos, Monte Cristo coloca-se numa situação de superioridade moral, na qual demonstra a hipocrisia de seus opositores com críticas diretas:

- É ao sr. de Monte Cristo que tenho a honra de falar?
- E eu – respondeu o conde – ao senhor barão Danglars, cavaleiro da Legião de Honra, membro da Câmara dos Deputados? Monte Cristo repetia todos os títulos que vira no cartão do barão. Danglars sentiu a estocada e mordeu os lábios.
- Desculpe-me, cavaleiro – disse ele –, por não ter me referido de saída ao título com o qual o senhor me foi anunciado; porém, como sabe, vivemos sob um governo popular e sou um representante dos interesses do povo.
- Ou seja – espicçou Monte Cristo –, ao mesmo tempo em que preservou o hábito de ser chamado de barão, perdeu o de chamar os outros de conde.
- Ah, tampouco faço questão do meu, senhor – respondeu displicentemente Danglars. – Eles me nomearam barão e fizeram-me cavaleiro da Legião de Honra por alguns serviços prestados, mas...
- Mas o senhor abdicou dos seus títulos, como fizeram outrora os srs. de Montmorency e de La Fayette? É um belo exemplo a ser seguido, senhor.
- Não completamente, entretanto – disse Danglars, embaraçado. – Para os criados, o senhor entende...
- Sim, para o seu pessoal, o senhor é fidalgo; para os jornalistas, senhor; e para os eleitores, cidadão. São nuances que combinam bem com o governo constitucional. Compreendo perfeitamente. (DUMAS, 2020, p. 584-586)

Para executar seu plano de vingança, o Conde emprega, além das suas riquezas e contatos, lícitos e ilícitos, as vontades obscuras dos indivíduos. Com a descoberta dos segredos das famílias, Monte Cristo consegue manipula-las, como ocorre com o caso extraconjugal da Baronesa Danglars com Lucien Debray, secretário do Ministério do Interior. Nesse evento, o protagonista compreende que a riqueza especulativa do Barão Danglars provinha do acesso às informações confidenciais do governo, obtidas por sua esposa com o amante.

Com o intuito de atingir a riqueza de Danglars, Monte Cristo passa uma notícia falsa pelo telégrafo, a qual resulta na venda de ações espanholas pelo banqueiro, que perde cerca de um milhão de libras. Essa, associada com outras perdas, minará todo o patrimônio do Barão, que fugirá dos seus credores. Em Roma, ao tentar sacar uma ordem de pagamento dada pelo Conde de Monte Cristo, Danglars acaba raptado pelo grupo de Luigi Vampa, o que resulta na perda de todo o seu dinheiro. Por fim, o Barão terminará na miséria e implorando por comida.

Sobre o Conde Morcef, Dantès descobre o seu passado de traição, no qual ele entregou a cidade de Janina aos turcos, e assassinou o vizir Ali Tebelin, sob o qual

trabalhava como general-governador, por uma recompensa monetária. A revelação dos fatos ocorreu na Câmara dos Pares, espécie de Câmara dos Lordes francesa, episódio em que Haydée, a escrava de Monte Cristo, revela os detalhes da cilada empregada por Morcef, uma vez que ela era a filha de Ali Tebelin e presenciou os fatos.

Em seguida, Haydée relata como ela e sua mãe foram escravizadas por Morcef, o qual as vendeu para um mercador, que posteriormente transferiu a filha para Monte Cristo. Como prova de sua identidade, Haydée apresenta suas certidões de nascimento e batismo, bem como a escritura de venda lavrada com o nome de Fernand Mondego. Fernand aceita a derrota e abandona a Câmara, sem qualquer tentativa de defesa. Os Pares decidem em uma votação unânime a cassação do Conde. Com a infâmia, sua esposa Mercedes e o seu filho Albert o abandonam. Como consequência, Morcef não suporta a perda da imagem e de sua família, e comete suicídio.

Por fim, Villefort é o que sofre a vingança mais emblemática. Monte Cristo, ao descobrir o caso que o Procurador do Rei teve com a Baronesa Danglars, o que resultou em um filho que foi enterrado vivo, localiza a prole viva e a reintroduz na sociedade parisiense. O descendente é apresentado sob o nome falso de Andrea Cavalcanti, proveniente de uma das famílias mais ricas da Itália. Por outro lado, Edmond compreende os anseios obscuros da Sra. Villefort, a qual, por ter uma origem sem riqueza, busca eliminar os demais membros da família para prover seu filho, Édouard, de uma herança volumosa.

Para executar sua vingança, Monte Cristo instrui a Sra. Villefort sobre a utilização de veneno, o qual é empregado por ela para assassinar os pais e a filha da primeira esposa de Villefort. Ao descobrir sobre os ardis de sua companheira, o Procurador do Rei determina que ela cometa suicídio, ou então ele teria que prendê-la, o que mancharia a imagem da família. Em paralelo, o Procurador seguia para o julgamento de Andrea Cavalcanti, acusado de ser na verdade um fugitivo que teria realizado um assassinato.

A tragédia das mortes foi complementada com a revelação de que Andrea era o filho abandonado do homem que o acusava, fato que fez Villefort sair da tribuna com vergonha. No momento derradeiro, o Procurador encontra sua esposa cometendo suicídio com a ingestão de veneno, morte que foi acompanhada com o envenenamento de seu próprio filho. Com todo esse cenário de aniquilamento profissional e moral, Villefort enlouquece.

A vingança buscada pelo protagonista, própria de uma postura burguesa egocêntrica, apartada de preocupações com o coletivo, (TEIXEIRA, 2018), é a ferramenta essencial para o desenvolvimento da história. É por meio dela que Dantès encontrará motivação para conduzir sua busca pela punição dos seus inimigos. Contudo, a personagem não acredita que sua jornada é uma mera vontade individual, mas sim o anseio da própria divindade, com Monte Cristo atuando como um agente dela:

Eu também, como acontece com todo homem uma vez na vida, fui levado por Satã até a mais alta montanha da Terra; lá chegando, ele me apontou o mundo inteiro e, como dissera outrora a Cristo, disse a mim: “Pronto, filho dos homens, o que queres para

me adorar?” Refleti então longamente, pois havia muito tempo uma terrível ambição de fato devorava o meu coração; em seguida, respondi-lhe: “Escuta, sempre ouvi falar da Providência, entretanto nunca a vi, nem nada que a ela se assemelhe; quero ser a Providência, pois o que sei de mais belo, de maior e de mais sublime no mundo é recompensar e punir. Mas Satã abaixou a cabeça e soltou um suspiro: “Estás enganado” disse ele, “a Providência existe; não a vês porque, filha de Deus, ela é invisível como o pai. Não viste nada que se lhe assemelhe porque ela procede por desígnios ocultos e caminha por sendas obscuras; tudo que posso fazer por ti é tornar-te um agente dessa Providência.” O negócio foi fechado, e nele talvez eu perca minha alma, mas não importa — disse Monte Cristo. — Se tivesse que fazer de novo, eu faria (DUMAS, 2020, p. 610, grifo nosso).

A ideia de Providência cumpre na obra o papel de projeção pelo qual o arbítrio do protagonista é disfarçado como racionalização da justiça divina. Nesse sentido, a visão de Monte Cristo como um agente de Deus retira dele a responsabilidade que tem pelos infortúnios causados, os quais não foram restritos aos seus inimigos, uma vez que inocentes foram prejudicadas, inclusive com a morte.

Concluída a sua vingança, cabe ao Conde de Monte Cristo partir de Paris com a noção de que cumpriu a sua missão divina, junto a possibilidade de uma nova vida ao lado de Haydée, escrava que é elevada à categoria de amante. Destaca-se o caráter irônico dos infortúnios que atingiram os inimigos de Edmond. O rico banqueiro tornou-se miserável, o militar corajoso preferiu suicídio do que encarar a opinião pública e o meticuloso e exemplar magistrado perdeu a sua capacidade racional.

Com toda a construção da obra, Antonio Candido (1971) considerou O Conde de Monte Cristo como o Tratado da vingança por excelência do Romantismo. Ainda que outras obras tratem sobre o tema, é nesse livro em que os ideais da burguesia de individualidade, de poder traduzido como riqueza e do homem enquanto uma auto-construção, são representados com o simplório ato de vingar.

O livro cumpre seu papel de indicar as contradições de uma sociedade pós-revolucionária, com a consagração de uma visão universal sobre os direitos, mas que é deturpada através da ganância dos indivíduos, o que resultou em uma privação de liberdade injusta durante quatorze anos. Dentre as incoerências, destaca-se a do sistema de justiça, o qual convalidou o infortúnio de Edmond sem a observação das garantias individuais. Embora as ações de vingança sejam condenáveis, não há como o leitor não compreender a busca do protagonista por uma reparação contra os seus inimigos. Ainda que escrito há mais de 250 anos, O Conde de Monte Cristo nos mostra como a sociedade pode ser vil com as camadas mais pobres, o que reforça a necessidade de atenção aos Princípios do Direito, como o do devido processo legal.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CANDIDO, Antonio. *Da vingança*. In: \_\_\_\_\_. Tese e antítese. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1971.

TEIXEIRA, M. L. B. *Sob a égide da revolta – O Conde de Monte Cristo e a crítica de Antonio Candido*. Revista do GELNE, v. 20, n. 1, p. 273-284, 31 ago. 2018.

LACERDA, Rodrigo. A grande ficção e o bom gosto. In: DUMAS, Alexandre. *O conde de Monte Cristo*. Edição comentada e ilustrada. Tradução, apresentação e notas de André Telles e Rodrigo Lacerda. 3 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2020. p. 7-15.

FRANÇA. *Déclaration des Droits de l'Homme et du Citoyen de 1789*. [200-]. Disponível em: <https://www.legifrance.gouv.fr/Droit-francais/Constitution/Declaration-des-Droits-de-l-Homme-et-du-Citoyen-de-1789>. Acesso em: 16 jul. 2020.